

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e relatório
dos auditores independentes**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	53

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2018 ⁽¹⁾	31/12/2017 ⁽¹⁾ (Reclassificado nota 2.15)		Nota	31/12/2018 ⁽¹⁾	31/12/2017 ⁽¹⁾ (Reclassificado nota 2.15)
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.397	42.698	Fornecedores	11	61.452	50.798
Títulos e valores mobiliários	5	24.393	50.409	Risco sacado a pagar - montadoras		-	13.053
Contas a receber	6	129.830	176.574	Empréstimos e financiamentos	12	19.211	13.699
Estoques		7.983	7.432	Arrendamentos financeiros a pagar	13	12.778	5.880
Tributos a recuperar	7	24.289	41.156	Obrigações trabalhistas	14	39.358	38.496
Imposto de renda e contribuição social		5.693	2.439	Tributos a recolher		11.628	13.391
Despesas antecipadas		637	1.160	Adiantamentos de clientes	15	28.118	17.840
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	8	28.786	39.456	Partes relacionadas	19	11.961	-
Outros créditos		9.471	10.683	Outras contas a pagar	16	22.495	19.839
		293.479	372.007			207.001	172.996
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	12	62.802	42.131
Títulos e valores mobiliários	5	2.523	-	Arrendamentos financeiros a pagar	13	29.087	895
Contas a receber	6	70.351	73.867	Provisão para demandas judiciais e administrativas	17	5.750	6.004
Tributos a recuperar	7	17.474	5.084	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.1	27.074	23.580
Imposto de renda e contribuição social		3.653	-	Outras contas a pagar	16	271	2.610
Depósitos judiciais	17	5.891	4.359			124.984	75.220
Partes relacionadas	19	658	-	Total do passivo		331.985	248.216
Outros créditos		302	323				
		100.852	83.633	Patrimônio líquido			
Investimentos	9	36.364	985	Capital social	20	508.108	487.208
Imobilizado	10	463.798	308.381	Reserva de capital		710	440
Intangível		1.073	1.494	Lucros acumulados		54.763	30.636
		602.087	394.493	Total do patrimônio líquido		563.581	518.284
Total do ativo		895.566	766.500	Total do passivo e patrimônio líquido		895.566	766.500

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentado. Na nota explicativa 2.16 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u> (Reclassificado notas 1.2 e 2.15)
Operações continuadas			
Receita líquida de locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	21	628.114	748.091
Custo de locação e prestação de serviços	22	(448.636)	(506.304)
Custo de venda de ativos desmobilizados	22	(92.726)	(135.769)
Total do custo de locação, prestação de serviços e de venda de ativos desmobilizados		(541.362)	(642.073)
Lucro bruto		86.752	106.018
Despesas comerciais	22	(2.517)	(2.561)
Despesas administrativas	22	(36.326)	(30.621)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	22	3.257	(2.935)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	7.475	20.694
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	(972)	-
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		57.669	90.595
Receitas financeiras	23	6.570	18.603
Despesas financeiras	23	(10.577)	(19.174)
Resultado financeiro líquido		(4.007)	(571)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		53.662	90.024
Imposto de renda e contribuição social – corrente	18.2	(8.998)	(12.633)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	18.2	(4.094)	(4.226)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(13.092)	(16.859)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		40.570	73.165
Operações descontinuadas			
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas, líquido de impostos	1.2	194	(2.348)
Lucro líquido do exercício		40.764	70.817

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.16 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações de resultados abrangentes****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u>
Lucro líquido do exercício	40.764	70.817
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>40.764</u>	<u>70.817</u>
Das operações		
Continuadas	40.570	73.165
Descontinuadas	194	(2.348)
	<u>40.764</u>	<u>70.817</u>

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração de resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.16 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		691.282	-	(1.711)	689.571
Aumento de capital	20.1	28.444	-	-	28.444
Acervo líquido cindido	1.1 (a)	(232.518)	-	-	(232.518)
Juros sobre capital próprio	20.3	-	-	(38.470)	(38.470)
Lucro líquido do exercício		-	-	70.817	70.817
Pagamento baseado em ações	20.2	-	440	-	440
Saldos em 31 de dezembro de 2017		487.208	440	30.636	518.284
Aumento de capital	20.1	21.000	-	-	21.000
Acervo líquido cindido	1.2 (b)	(100)	-	-	(100)
Juros sobre capital próprio	20.3	-	-	(16.637)	(16.637)
Lucro líquido do exercício		-	-	40.764	40.764
Pagamento baseado em ações	20.2	-	270	-	270
Saldos em 31 de dezembro de 2018		508.108	710	54.763	563.581

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo rerepresentada. Na nota explicativa 2.16 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2018⁽¹⁾</u>	<u>31/12/2017⁽¹⁾</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas	53.856	87.676
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	65.943	96.458
Custo de venda de ativos desmobilizados	92.726	135.769
Resultado de investidas reconhecido por equivalência patrimonial (nota 9)	972	-
Créditos de impostos extemporâneos (nota 22)	(1.614)	(37.735)
Provisão para perda no valor recuperável de ativos, contingências e outras perdas	1.942	17.275
Ajuste a valor presente ativos e passivos	(524)	(254)
Baixa de outros ativos	687	6.382
Remuneração com base em ações (nota 20.2)	270	440
Juros sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado – montadoras	6.955	16.026
	<u>221.213</u>	<u>322.037</u>
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	54.041	(73.096)
Estoques	(551)	2.610
Tributos a recuperar	(816)	(998)
Fornecedores	(2.033)	8.758
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	3.041	(13.484)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	24.535	46.386
Variações no capital circulante líquido operacional	<u>78.217</u>	<u>(29.824)</u>
Demandas judiciais e administrativas pagas	(5.453)	(13.253)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.998)	(8.311)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado – montadoras	(3.305)	(10.252)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(243.070)	(256.956)
Caixa gerado pelas atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores imobiliários	<u>38.604</u>	<u>3.441</u>
Resgate de títulos e valores mobiliários	23.493	37.133
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>62.097</u>	<u>40.574</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte de capital em investidas	(36.351)	-
Adições de ativo imobilizado e intangível	(1.874)	(1.393)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(38.225)</u>	<u>(1.393)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	21.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	24.812	24.883
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(28.427)	(55.768)
Caixa líquido decorrente de cisão parcial	(2.456)	(15.000)
Juros sobre capital próprio pagos	(19.102)	(38.470)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(4.173)</u>	<u>(84.355)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>19.699</u>	<u>(45.174)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	42.698	87.872
No final do exercício	62.397	42.698
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>19.699</u>	<u>(45.174)</u>
Principais transações que não afetaram o caixa registradas no balanço		
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(62.430)	(19.634)
Arrendamentos financeiros baixados decorrentes de cisão parcial	-	(27.302)
Aporte de capital por meio de bens	-	(28.444)

⁽¹⁾ Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.16 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 e do CPC 47.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (“Empresa”) é uma empresa limitada controlada direta da JSL S.A., com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos.

A tabela abaixo apresenta os contratos de concessões de transporte municipal de passageiros vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Descrição da concessão	Vigência
Transporte municipal de passageiros – Itaquaquetuba - SP (i)	16/12/1998 a 16/12/2018
Transporte municipal de passageiros – Mogi das Cruzes – SP (ii)	24/05/2004 a 24/05/2019
Transporte municipal de passageiros - Guararema – SP	23/07/2007 a 23/07/2022
Transporte municipal de passageiros - São José dos Campos – SP	17/04/2008 a 17/04/2020
Transporte municipal de passageiros - Sorocaba – SP	16/06/2011 a 16/06/2019

(i) Conforme nota explicativa 1.2, essa operação foi vendida; e

(ii) Conforme nota explicativa 26, esse contrato foi renovado em maio de 2019.

1.1 Movimentações societárias

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2017

a) Cisão

Por meio de Instrumento particular de alteração contratual de 28 de novembro de 2017, foi aprovada a cisão parcial da Empresa. A parcela cindida, no montante de R\$ 232.518 foi transferida para a CS Brasil Frotas Ltda. (“CS Frotas”). A administração da Empresa entende que, havendo segregação de tais atividades, poderá desenvolver maior especialização delas, com os benefícios daí decorrentes no que concerne à melhoria de gestão e controle das operações, dos ativos e fluxos de caixa de cada uma das áreas.

O valor patrimonial do acervo líquido contábil da Empresa, para fins de cisão parcial para CS Frotas, foi avaliado por empresa especializada em 22 de novembro de 2017. Segue abaixo abertura do acervo líquido cindido final:

Ativo	Balanco cindido (data base 22/11/2017)
Circulante e não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	15.000
Contas a receber	28.912
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	3.157
Imobilizado	224.149
Demais ativos	16.473
Total dos ativos	287.691
Passivo	
Circulante e não circulante	
Fornecedores	12.246
Arrendamentos financeiros a pagar	27.302
Provisão para demandas judiciais e administrativas	584
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.315
Demais passivos	2.726
Total dos passivos	55.173
Acervo líquido cindido	232.518
Efeito líquido do caixa	
Caixa líquido decorrente da cisão parcial	15.000

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Operação descontinuada

Por meio de instrumento particular de alteração contratual de 25 de setembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da Empresa, sendo que, a partir da parcela cindida, no montante de R\$ 100, constituiu-se a empresa Quataí Transporte de Passageiros SPE Ltda. ("Quataí"), controlada pela JSL S.A.

a) Resultado líquido das operações descontinuadas

	31/08/2018	31/12/2017
Receita líquida de prestação de serviços	42.841	52.099
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(41.784)	(52.763)
(=) Lucro (prejuízo) bruto	1.057	(664)
Despesas administrativas	(1.066)	(1.828)
Outras receitas operacionais, líquidas	99	146
(=) Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	90	(2.346)
Receitas financeiras	119	62
Despesas financeiras	(15)	(64)
(=) Resultado financeiro líquido	104	(2)
(=) Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	194	(2.348)
(=) Lucro líquido (prejuízo) do exercício	194	(2.348)

Os resultados das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são totalmente atribuídos à Empresa.

b) Efeito da cisão sobre a posição financeira da Empresa

A parcela cindida foi composta pelos ativos relacionados à operação de transporte rodoviário de passageiros do município de Itaquaquecetuba em São Paulo, e o respectivo acervo líquido contábil da Empresa, para fins de cisão parcial para Quataí foi avaliado por empresa especializada em 31 de agosto de 2018. Abaixo é apresentada a abertura do acervo cindido final:

	Balanco cindido (data base 31/08/2018)
Ativo	
Circulante e não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.456
Imobilizado	2.982
Demais ativos	146
Total dos ativos	5.584
Passivo	
Circulante e não circulante	
Fornecedores	848
Obrigações trabalhistas	3.942
Imposto de renda e contribuição social diferidos	645
Demais passivos	49
Total dos passivos	5.484
Acervo líquido cindido	100

c) Política contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Empresa que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Empresa e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação, apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de junho de 2019. Após a sua emissão, somente os sócios quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.16.

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

A Empresa classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: designados a valor por meio do resultado, no momento inicial.

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros – Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Empresa classificou seus ativos financeiros, em uma das seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e variações monetárias são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Com a adoção da CPC 48 - Instrumentos Financeiros, o componente das variações do valor justo relativo ao risco de crédito próprio, é reconhecido em outros resultados abrangentes (ORA). Os valores registrados em ORA não estão sujeitos à reclassificação para o resultado, mas podem ser reclassificados para lucros ou prejuízos acumulados quando são realizados. As variações do valor justo relacionadas ao risco de mercado são reconhecidas no resultado.

c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.1 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 3.3 (a) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Empresa avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Empresa concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos como não financeiros, veja nota explicativa 2.14.2.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.5 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.6 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas médias de depreciação ponderadas pelo tempo de utilização dos bens e valor residual estimado na venda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão demonstrados na nota explicativa 10.

A Empresa adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das respectivas taxas de depreciação.

2.7 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Empresa como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem a Empresa basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pela Empresa.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Empresa como arrendadora

Arrendamentos para os quais a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais a Empresa não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

2.9 Provisões

2.9.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.9.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10 Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10.1 Receita de locação

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à prestação dos serviços.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecido é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita operacional decorrente da locação de veículos é reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

2.10.2 Receita de transporte de passageiros

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de transporte público municipal de passageiros.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme o transporte dos passageiros ou a prestação dos serviços é realizada.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita operacional de transporte de passageiros era reconhecida tomando por base a conclusão dos serviços.

2.10.3 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação e prestação de serviços com seus clientes, a Empresa desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio de lojas e rede de concessionárias do Grupo JSL.

Os clientes obtêm controle dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto ou cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita de venda de veículos, máquinas e equipamentos era reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo eram transferidos ao comprador, o que geralmente ocorria na sua entrega.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10.4 Receita de serviços de limpeza e coleta urbana

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de limpeza e coleta urbana, oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita decorrente dos serviços de limpeza e coleta urbana era reconhecida tomando por base a conclusão dos serviços.

2.11 Operações em conjunto (consórcios)

A Empresa mantém operações em consórcios (123 e Sorocaba), na qual os empreendedores mantém acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações.

As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de ativos e outros recursos da Empresa, assim como dos outros participantes do Consórcio em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A Empresa registra os ativos por ela controlados, os passivos e as despesas por ela incorridos, bem como a sua parcela relacionada à receita de prestação de serviços.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Empresa. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras proporcionalmente em seu balanço o percentual de sua participação nas seguintes entidades: Consórcio 123 (33,33%) e Consórcio Sorocaba (50%).

2.12 Benefícios a empregados

2.12.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.12.2 Pagamentos baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.14 Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.14.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento – nota explicativa 13;
- ii) Classificação de arrendamento mercantil – nota explicativa 24; e
- iii) Receita de contrato com cliente: se a receita de transporte de passageiros, locação, ativos desmobilizados e serviços de limpeza e coleta urbana é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 2.10.

2.14.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Imobilizado (premissa em relação a definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 2.6 (c);
- ii) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber – (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 3.3 (a);
- iii) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos) – nota explicativa 17; e
- iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização) – nota explicativa 18.1.

2.15 Reclassificação de valores correspondentes

a) Partes relacionadas – balanço patrimonial

Para melhoria de apresentação, os saldos correspondentes de contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar de partes relacionadas, anteriormente apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 nas rubricas de “partes relacionadas” do ativo e passivo foram reclassificados para as rubricas de “contas a receber”, “outros créditos”, “fornecedores” e “outras contas a pagar” nos montantes de R\$ 14.967, R\$ 4.886, R\$ 29.057 e R\$ 1.159, respectivamente. Adicionalmente, os correspondentes efeitos dessas reclassificações foram refletidos na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício então findo naquela data.

b) Demonstrações de resultados – abertura de despesas operacionais

Com o objetivo de segregar a apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras e a comparabilidade com 2018 e, sem impactar o total das despesas operacionais líquidas, a Empresa efetuou

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

certas aberturas nos valores correspondentes da demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (veja nota explicativa 22).

2.16 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras da Empresa. Dessa forma, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentados com os respectivos reflexos contábeis dessa adoção.

A nova norma permite dois métodos de transição:

- retrospectivo integral (para todos os períodos apresentados); e
- retrospectivo modificado com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados na data da adoção inicial.

A Empresa fez a opção pela adoção do método retrospectivo modificado e, dessa forma, não reapresentou os saldos comparativos, exceto pela reclassificação das perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber para uma rubrica específica nas demonstrações de resultados, conforme requerido pelo CPC 48.

2.16.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e interpretações relacionadas.

A Empresa adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 não foram aplicados à informação comparativa.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A adoção deste pronunciamento não resultou em impactos e alterações no reconhecimento da receita.

2.16.2 CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em 1º de janeiro de 2018, a Empresa adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Não houve efeito significativo decorrente da adoção do CPC 48, logo não foram efetuados ajustes contábeis. As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizados de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido). A adoção deste pronunciamento resultou nas seguintes principais mudanças das políticas contábeis:

- Ativos financeiros: A principal alteração introduzida na CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros é que o critério de classificação dos ativos financeiros deixou de utilizar o conceito da intenção da Administração individualmente sobre cada ativo financeiro, passando a classificar os instrumentos financeiros com base no modelo de negócio e o gerenciamento do seu portfólio, bem como a análise das características dos fluxos de caixa contratuais (“SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros”). Esses fatores determinam se os ativos financeiros são mensurados ao (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio do resultado (VJR) ou (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A nova norma também estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo por meio do resultado sob certas condições;

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Passivos financeiros: A classificação dos passivos financeiros permanece substancialmente inalterada de forma que continuam sendo mensurados a custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Para os passivos mensurados a valor justo no reconhecimento inicial, a Empresa reconhecerá a variação do risco de crédito atribuída ao seu risco próprio em outros resultados abrangentes, quando aplicável; e
- Redução ao valor recuperável (“*impairment*”): Os requerimentos introduzidos na CPC 48 - Instrumentos Financeiros referentes à redução ao valor recuperável são aplicáveis para ativos financeiros mensurados a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento e alguns itens *off-balance*, como, contratos de garantias financeiras. A principal alteração da CPC 48 - Instrumentos Financeiros é que a redução ao valor recuperável passou a ser mensurado pelo conceito de perda esperada de crédito (ECL) frente ao modelo de perdas incorridas (CPC 38).

Reclassificação dos Instrumentos Financeiros

A Empresa realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada da CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de outros passivos financeiros para os passivos financeiros da Empresa.

	Nota	Ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total ativos financeiros	Ao valor justo por meio de resultado – VJR	Custo amortizado	Total ativos financeiros
Saldo em 31/12/2017 (CPC 38)		91.552	263.002	354.554	-	-	-
Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado	(i)	(91.552)	-	(91.552)	91.552	-	91.552
Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado	(iii)	-	(263.002)	(263.002)	-	263.002	263.002
Saldo em 01/01/2018 (CPC 48)		-	-	-	91.552	263.002	354.554

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros ativos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”, e consequentemente, mensurados à taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma CPC 48, e classificados como custo amortizado.

Na data da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos financeiros da Empresa eram os seguintes:

Ativo Financeiro	Saldos em 31/12/2017		Saldos em 01/01/2018	
	Mensuração	Valor Contábil	Mensuração	Valor Contábil
	CPC 38	CPC 38	CPC 48	CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa – CDB e Operações compromissadas	Valor justo por meio do resultado	41.143	Valor justo por meio do resultado	41.143
Títulos e valores mobiliários -LFT, LTN e CDB	Valor justo por meio do resultado	50.409	Valor justo por meio do resultado	50.409

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa – caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	1.555	Custo amortizado	1.555
Contas a receber e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	261.447	Custo amortizado	261.447
Passivo Financeiro	Mensuração	Valor Contábil	Mensuração	Valor Contábil
	CPC 38	CPC 38	CPC 48	CPC 48
Fornecedores, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e outras contas a pagar	Outros passivos financeiros.	148.905	Custo amortizado	148.905

2.17 Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa no período de aplicação inicial.

2.17.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A Empresa deverá adotar o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Empresa avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- ✓ a Empresa não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- ✓ as novas políticas contábeis e os aspectos fiscais estão sujeitos a mudanças até que a Empresa apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

2.17.1.1 Arrendamentos em que a Empresa é arrendatária

A Empresa reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de lojas (veja a nota explicativa 24.1). A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Empresa reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Empresa espera os seguintes efeitos significativos com a adoção do CPC 06 (R2):

- ✓ reconhecimento de passivos adicionais, incluindo os efeitos fiscais, no montante de R\$ 40.074 em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso. Os montantes refletem o valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos operacionais existentes; e

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ adoção de isenção de reconhecimento para contratos de curto prazo e baixo valor, os quais as despesas estimadas para o próximo trimestre são de R\$ 29 e R\$ 87.

2.17.2 Arrendamentos em que a Empresa é arrendadora

A Empresa avaliou seus arrendamentos na qualidade de arrendador e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras. Nossas análises continuarão considerando a distinção entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

2.17.3 Transição

A Empresa pretende adotar o critério de transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, ou seja, aplicando os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Em suas estimativas do impacto da adoção do CPC 06 (R2) a Empresa utilizou os seguintes expedientes práticos quando da mensuração inicial de seus arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional:

- ✓ aplicar taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios");
- ✓ revisar a redução ao valor recuperável do direito de uso com base em sua avaliação anterior sobre arrendamentos onerosos;
- ✓ não reconhecer o direito de uso para os contratos cujo prazo remanescente na data de adoção não supere 12 meses;
- ✓ excluir os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- ✓ uso da percepção tardia (*hindsight*), tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- ✓ Os arrendamentos classificados anteriormente como arrendamentos financeiros serão reclassificados para a rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Adicionalmente, a Empresa adotará como política contábil as seguintes isenções de reconhecimento: arrendamentos cujo prazo seja inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente não supere R\$ 20 ("baixo valor"), entretanto, neste último caso se a Empresa subarrenda o ativo, ou espera subarrendar o ativo, o arrendamento principal não se qualifica como arrendamento de ativo de baixo valor.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Outras normas

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo CPC, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Empresa quando de sua adoção inicial:

- ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na CPC 48);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)); e
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).

Não há outras normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

3. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa se restringem a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, fornecedores, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas reconhecidos nas demonstrações financeiras. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

3.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

	31/12/2018			31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)		
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	35.974	26.423	62.397	41.143	1.555	42.698
Títulos e valores mobiliários	26.916	-	26.916	50.409	-	50.409
Contas a receber	-	200.181	200.181	-	250.441	250.441
Partes relacionadas	-	658	658	-	-	-
Outros créditos	-	9.773	9.773	-	11.006	11.006
	62.890	237.035	299.925	91.552	263.002	354.554
Passivo, conforme balanço patrimonial		Custo amortizado	Total		Outros passivos financeiros	Total
Fornecedores		61.452	61.452		50.798	50.798
Risco sacado a pagar – montadoras		-	-		13.053	13.053
Empréstimos e financiamentos		82.013	82.013		55.830	55.830
Arrendamentos financeiros a pagar		41.865	41.865		6.775	6.775
Partes relacionadas		11.961	11.961		-	-
Outras contas a pagar		22.766	22.766		22.449	22.449
		220.057	220.057		148.905	148.905

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	62.397	42.698	62.397	42.698
Títulos e valores mobiliários	26.916	50.409	26.916	50.409
Contas a receber	200.181	250.441	200.181	250.441
Partes relacionadas	658	-	658	-
Outros créditos	9.773	11.006	9.773	11.006
Total	299.925	354.554	299.925	354.554
Passivos financeiros				
Fornecedores	61.452	50.798	61.452	50.798
Risco sacado a pagar – montadoras	-	13.053	-	13.053
Empréstimos e financiamentos	82.013	55.830	83.334	53.755
Arrendamentos financeiros a pagar	41.865	6.775	42.105	6.632
Partes relacionadas	11.961	-	11.961	-
Outras contas a pagar	22.766	22.449	22.766	22.449
Total	220.057	148.905	221.618	146.687

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão alocados os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”), Letras do Tesouro Nacional (“LTN”) e outros títulos;

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. Alocam-se neste nível, os certificados de depósitos bancários (“CDBs”), letras financeiras, cotas de fundos e Operações Compromissadas; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB – Certificado de depósitos bancários	-	15.795	15.795	-	17.748	17.748
Letras financeiras	-	1.985	1.985	-	-	-
Cotas de fundos	-	2.196	2.196	-	-	-
Operações compromissadas	-	15.998	15.998	-	23.395	23.395
Títulos e valores mobiliários						
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	9.423	-	9.423	21.588	-	21.588
LTN – Letras do Tesouro Nacional	11.262	-	11.262	27.615	-	27.615
CDB – Certificado de Depósitos Bancários	-	6.231	6.231	-	1.206	1.206
	20.685	42.205	62.890	49.203	42.349	91.552

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,41	6,44	6,55	7,36	8,08	8,86	9,57

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2018.

3.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros da Empresa, que não sejam derivativos, se referem a fornecedores, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, partes relacionadas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Empresa possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Empresa está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro do Grupo JSL, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para a Empresa. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração do Grupo JSL para que as atividades, que resultem em riscos financeiros da Empresa, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração do Grupo JSL autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações. A Empresa não possui instrumentos derivativos contratados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

i. Contas a receber

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3.1, a Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A Empresa utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A matriz de provisão, utilizada pela Empresa, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a contas a receber está vencida e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pelo Comitê de crédito e cobrança.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação. A Empresa determina a baixa de um recebível após 12 ou 24 meses em atraso, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa da Empresa. Os recebíveis baixados pela Empresa continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, veja nota explicativa 6.

ii. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração do Grupo JSL. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Empresa determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam o risco de taxa de juros para a Empresa.

Os instrumentos financeiros da Empresa afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como a obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, da Empresa, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 3.3.1.

c) Risco de liquidez

A empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Empresa é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Saldo contábil 31/12/2018	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	61.452	61.452	61.452	-	-
Empréstimos e financiamentos	82.013	93.045	23.789	29.971	39.285
Arrendamentos financeiros a pagar	41.865	46.626	15.556	15.507	15.563
Partes relacionadas	11.961	11.961	11.961	-	-
Outras contas a pagar	22.766	22.766	22.495	271	-
Total	220.057	235.850	135.253	45.749	54.848

3.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração da Empresa efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, incluindo arrendamentos financeiros a pagar. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TLP, dívidas atreladas ao IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,55% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Empresa. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Empresa é de 3,75% a.a. (fonte: Bacen) em 31 de dezembro de 2018. Sobre a TLP a taxa provável é de 6,52% a.a. (fonte: BNDES), SELIC de 6,50% a.a. (fonte: Bacen) .

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Operações – Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	35.974	Aumento do CDI	6,55%	2.356	2.945	3.534
Títulos e valores mobiliários – LFT	9.423	Aumento da SELIC	6,50%	612	766	919
Arrendamentos financeiros a pagar	(41.865)	Aumento do CDI	8,43%	(3.529)	(4.412)	(5.294)
Empréstimos e financiamentos	(24.813)	Aumento do IPCA	7,02%	(1.742)	(2.177)	(2.613)
Empréstimos e financiamentos	(1.302)	Aumento da TLP	10,57%	(138)	(172)	(206)
Empréstimos e financiamentos	(4.401)	Aumento da SELIC	9,74%	(429)	(536)	(643)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	(26.984)			(2.870)	(3.586)	(4.303)
Operações – Pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	(51.497)	PRÉ-FIXADO	7,48%	(3.852)	(3.852)	(3.852)
Títulos e valores mobiliários – Cotas de fundos	6.231	PRÉ-FIXADO	6,42%	400	400	400
Títulos e valores mobiliários – LTN	11.262	PRÉ-FIXADO	6,42%	723	723	723
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	(34.004)			(2.729)	(2.729)	(2.729)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(60.988)			(5.599)	(6.315)	(7.032)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	498	896
Bancos	25.925	659
Total de disponibilidades	26.423	1.555
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	15.795	17.748
Letras financeiras	1.985	-
Cotas de fundos	2.196	-
Operações compromissadas	15.998	23.395
Total de aplicações financeiras	35.974	41.143
Total do caixa e equivalentes de caixa	62.397	42.698

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 99,48% do CDI, equivalente a 0,52% a.m. (em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m.).

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos públicos no país (i)		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	9.423	21.588
LTN - Letras do Tesouro Nacional	11.262	27.615
Outros títulos		
Cotas de fundos	6.231	1.206
Total	26.916	50.409
Ativo circulante	24.393	50.409
Ativo não circulante	2.523	-
Total	26.916	50.409

(i) O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio foi de 0,52% a.m. (0,80% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Esses fundos são administrados por instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

6. Contas a receber

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valores a receber de serviços e locações	132.035	203.470
Receita de serviços e locações a faturar	63.876	54.523
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19.1)	22.688	14.967
Outras contas a receber	2.814	1.970
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(21.232)	(24.489)
Total	200.181	250.441
Ativo circulante	129.830	176.574
Ativo não circulante	70.351	73.867
Total	200.181	250.441

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Classificação por vencimento (*aging list*) e perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Total a vencer	76.002	136.361
Vencidos em até 30 dias	33.329	10.701
Vencidos de 31 a 90 dias	15.112	12.736
Vencidos de 91 a 180 dias	3.349	3.262
Vencidos de 181 a 365 dias	20.373	12.110
Vencidos a mais de 365 dias (i)	73.248	99.760
Total vencidos	145.411	138.569
(-) Perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	(21.232)	(24.489)
Total	200.181	250.441

(i) Saldo composto substancialmente por contas a receber de contratos públicos, no qual não é considerado como risco passível de provisão para perda uma vez que, dada a característica da operação, existe uma alta expectativa de recebimento.

A movimentação das perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(21.554)
(-) adições	(5.280)
(+) reversões	2.345
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(24.489)
(-) adições	(4.179)
(+) reversões	7.436
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(21.232)

As perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 2.3.1.

7. Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS (i)	31.501	35.867
INSS (ii)	8.230	8.183
Imposto de renda retido na fonte	799	876
ISS	621	621
ICMS	400	482
Outros impostos	212	211
Total	41.763	46.240
Ativo circulante	24.289	41.156
Ativo não circulante	17.474	5.084
Total	41.763	46.240

- (i) PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a compensar em 31 de dezembro de 2018 inclui R\$ 1.388 de créditos extemporâneos sobre locação de equipamentos operacionais reconhecidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 33.737 em 31 de dezembro de 2017); e
- (ii) INSS a compensar refere-se a valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais. Durante 2018, a Empresa contabilizou créditos extemporâneos de INSS de R\$ 226 (R\$ 3.998 em 31 de dezembro de 2017), relacionados a temas já considerados pacificados no âmbito administrativo e judicial, além de valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2016	69.246	-	69.246
Bens transferidos do imobilizado	217.629	264	217.893
Bens baixados por venda	(226.702)	(442)	(227.144)
Em 31 de dezembro de 2017	60.173	(178)	59.995
Bens transferidos do imobilizado	153.389	248	153.637
Bens baixados por venda	(153.094)	(17)	(153.111)
Em 31 de dezembro de 2018	60.468	53	60.521
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2016	(24.524)	-	(24.524)
Bens transferidos do imobilizado	(87.391)	-	(87.391)
Bens baixados por venda	90.997	379	91.376
Em 31 de dezembro de 2017	(20.918)	379	(20.539)
Bens transferidos do imobilizado	(71.416)	(165)	(71.581)
Bens baixados por venda	60.378	7	60.385
Em 31 de dezembro de 2018	(31.956)	221	(31.735)
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	39.255	201	39.456
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.512	274	28.786

9. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme a seguir:

	<u>Patrimônio líquido em 31/12/2018</u>	<u>Participação %</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo ativo 31/12/2018</u>	<u>Saldo ativo 31/12/2017</u>
CS Brasil Frotas (i)	322.749	10,83%	-	34.976	-
BRT Sorocaba Concessionárias	2.796	49,25%	(972)	1.388	985
Total de investimentos			(972)	36.364	985

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa efetuou aumento de capital social na controlada CS Brasil Frotas no montante de R\$ 34.976, passando a deter uma participação de 10,83% (0% em 31 de dezembro de 2017).

9.1 Movimentação dos investimentos

<u>Investimentos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Aporte</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2018</u>
CS Brasil Frotas Ltda.	-	34.976	-	34.976
BRT Sorocaba Concessionárias	985	1.375	(972)	1.388
Total investimentos	985	36.351	(972)	36.364

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9.2 Saldos patrimoniais e de resultado das investidas e controladas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e Despesas	31/12/2018 Lucro / (prejuízo) líquido do exercício
CS Brasil Frotas	169.012	348.629	137.895	56.997	322.749	159.259	(136.309)	22.950
BRT Sorocaba Concessionárias	816	2.346	365	4.406	(1.609)	10.581	(12.555)	(1.974)

10. Imobilizado

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Outros	Construções em andamento	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2016	676.686	29.623	12.741	725	1.672	290	(2.847)	718.890
Adições (i)	196.226	944	-	46	269	-	976	198.461
Transferências	-	1	(2.567)	-	(1)	-	2.567	-
Transferência para bens destinados a venda	(217.629)	(264)	-	-	-	-	-	(217.893)
Baixa de ativos e outros (ii)	(269.326)	(693)	(958)	(146)	(342)	-	-	(271.465)
Em 31 de dezembro de 2017	385.957	29.611	9.216	625	1.598	290	696	427.993
Adições	301.627	181	-	27	339	407	1.101	303.682
Transferências	(468)	405	57	-	104	-	(98)	-
Transferência para bens destinados a venda	(153.389)	(248)	-	-	-	-	-	(153.637)
Baixa de ativos e outros	(5.434)	(240)	(1.194)	(42)	(126)	(27)	-	(7.063)
Em 31 de dezembro de 2018	528.293	29.709	8.079	610	1.915	670	1.699	570.975
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2016	(129.352)	(13.162)	(3.453)	(445)	(461)	(108)	-	(146.981)
Despesa de depreciação no exercício	(90.465)	(2.789)	(1.916)	(110)	(168)	(152)	-	(95.600)
Transferência para bens destinados a venda	87.391	-	-	-	-	-	-	87.391
Baixa de ativos e outros (ii)	34.854	353	242	46	69	14	-	35.578
Em 31 de dezembro de 2017	(97.572)	(15.598)	(5.127)	(509)	(560)	(246)	-	(119.612)
Despesa de depreciação no exercício	(60.577)	(3.125)	(1.175)	(55)	(168)	(422)	-	(65.522)
Transferências	87	(91)	41	-	(37)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	71.416	165	-	-	-	-	-	71.581
Baixa de ativos e outros	5.153	150	978	29	66	-	-	6.376
Em 31 de dezembro de 2018	(81.493)	(18.499)	(5.283)	(535)	(699)	(668)	-	(107.177)
Valor líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	288.385	14.013	4.089	116	1.038	44	696	308.381
Saldo em 31 de dezembro de 2018	446.800	11.210	2.796	75	1.216	2	1.699	463.798
Taxa média de depreciação (%) - no exercício:								
2017								
Leves	10,7%	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	10,0%	10,8%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	12,9%	19,9%	11,1%	9,8%	-	-
2018								
Leves	11,1%	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	10,3%	10,1%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	10,3%	20,0%	10,3%	9,4%	-	-

(i) Inclui adição de R\$ 28.444 referente ao aumento de capital da controladora JSL efetuado com aporte de bens, conforme descrito na nota explicativa 20.1; e

(ii) As baixas do imobilizado no exercício, refere-se principalmente a cisão parcial para a CS Brasil Frotas Ltda., conforme mencionado na nota explicativa 1.1. O total de imobilizado transferido foi de R\$ 224.149.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10.1 Arrendamento de itens do ativo imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamentos financeiros, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	48.084	10.180
Depreciação acumulada	(3.664)	(1.156)
Saldo contábil, líquido	<u>44.420</u>	<u>9.024</u>

11. Fornecedores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reclassificado nota 2.15)
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos	22.797	13.240
Peças e manutenção	4.332	3.422
Fornecedores locação – partes relacionadas (nota 19.1)	16.702	29.058
Fornecedores compra de imobilizado– partes relacionadas (nota 19.1)	3.131	-
Material de estoque	6.162	2.309
Serviços contratados	1.934	454
Aluguel de imóveis	887	738
Outros	5.508	1.577
Total	<u>61.452</u>	<u>50.798</u>

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2018			Movimentação				31/12/2017		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
CCB	-	-	-	-	-	-	-	(69)	(1)	-	70	-	70
Finame (i)	5,91%	Pré-fixado	out/24	5.890	31.859	37.749	11.070	(7.101)	(942)	993	6.386	27.343	33.729
Finame (i)	10,03%	TLP/SELIC	dez/23	433	5.271	5.704	4.477	(290)	(221)	359	305	1.074	1.379
FNE (ii)	7,71%	Pré-fixado/IPCA	dez/21	12.888	25.672	38.560	24.812	(6.021)	(1.490)	1.476	6.069	13.714	19.783
Capital de giro (CDC)	-	-	-	-	-	-	-	(869)	-	-	869	-	869
				19.211	62.802	82.013	40.359	(14.350)	(2.654)	2.828	13.699	42.131	55.830

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2017			Movimentação				31/12/2016		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
CCB	9,32%	Pré-fixado	jun/18	70	-	70	-	(139)	(2)	-	142	69	211
Finame (i)	2,90%	Pré-fixado	nov/24	6.386	27.343	33.729	13.334	(13.357)	(994)	967	7.014	26.765	33.779
Finame (i)	10,80%	TJLP + 3,91 %	jul/22	305	1.074	1.379	3.751	(2.545)	(99)	175	51	46	97
FNE (ii)	9,99%	Pré-fixado	mar/21	6.069	13.714	19.783	23.022	(3.286)	(1.040)	1.087	-	-	-
Capital de giro (CDC)	11,80%	Pré-fixado	-	-	-	-	-	(2.348)	(235)	259	571	1.753	2.324
Outros	7,40%	Pré-fixado	dez/18	869	-	869	1.861	(1.029)	-	37	-	-	-
				13.699	42.131	55.830	41.968	(22.704)	(2.370)	2.525	7.778	28.633	36.411

- (i) **FINAME** são financiamentos para investimentos em veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Mensalmente são firmados novos contratos relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso;
- (ii) **FNEs** referem-se a operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Essas operações não possuem cláusulas de compromisso.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização da Empresa está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Vencimento das parcelas até Dez/2019	31/12/2018	
		Valor total	%
Total passivo circulante		19.211	23
	2020	32.477	40
	2021	18.651	23
	2022	7.979	10
	2023	3.680	4
	2024	15	-
Total passivo não circulante		62.802	77
Total		82.013	100

12.2 Garantias e fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa possui certas garantias para as operações de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado a seguir:

- ✓ **FINAME e arrendamentos financeiros** – são garantidos pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados; e
- ✓ **FNE** – fianças bancárias.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Arrendamentos financeiros a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de *Finame leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	Saldo final			Movimentação					Saldo inicial		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Baixa por cisão	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
No exercício de 2018	8,28%	CDI + 1,88%	nov/2021	12.778	29.087	41.865	46.883	(14.077)	-	(651)	2.935	5.880	895	6.775
No exercício de 2017	10,53%	CDI + 3,7%	set/2020	5.880	895	6.775	2.549	(33.064)	(27.302)	(1.523)	5.953	33.737	26.425	60.162

13.1 Cronograma de amortização

Os cronogramas de amortização da Empresa estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

	31/12/2018	
	Total	%
Total passivo circulante	Até Dez/2019	12.778
	2020	13.743
	2021	15.344
Total passivo não circulante	29.087	69
Total	41.865	100

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Salários	14.250	12.375
Provisões de férias, encargos e bônus	14.415	16.286
INSS	8.575	7.762
FGTS	956	1.030
Outras	1.162	1.043
Total	39.358	38.496

15. Adiantamentos de clientes

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de clientes - Prefeituras	16.782	17.648
Adiantamentos de veículos	11.336	192
Total	28.118	17.840

16. Outras contas a pagar

Descrição	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)
Contas a pagar dos consórcios Sorocaba e 123	17.312	16.427
Juros sobre capital próprio	-	2.465
Reserva de seguros	2.998	1.562
Outras contas a pagar – partes relacionadas (nota 19.1)	669	667
Outras	1.787	1.328
Total	22.766	22.449
Passivo circulante	22.495	19.839
Passivo não circulante	271	2.610
Total	22.766	22.449

17. Provisão para demandas judiciais e administrativas e depósitos judiciais

A Empresa, no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	5.137	3.907	(5.300)	(5.958)
Cíveis	580	452	(450)	(46)
Tributárias	174	-	-	-
	5.891	4.359	(5.750)	(6.004)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais se referem a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

17.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, referentes a processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Empresa classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Empresa, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(5.332)
Constituição	(18.669)
Cisão	80
Reversão	4.665
Liquidação	13.252
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.004)
Constituição	(9.766)
Reversão	4.567
Liquidação	5.453
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.750)

Trabalhistas

A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa.

Cíveis

A provisão para demandas cíveis está relacionada a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra as empresas da Empresa, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

Tributárias

A provisão para demandas tributárias refere-se a processos administrativos movidos contra a Empresa em questionamento de certos autos de infração emitidos em processo de fiscalização, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2018 e 2017, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	7.554	8.359
Cíveis	2.122	437
Tributárias	8.386	3.858
Total	18.062	12.654

Trabalhistas

As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa.

Cíveis

As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra as empresas da Empresa, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

Tributárias

As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos à apropriação de créditos de ICMS.

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro.

As origens estão a seguir apresentadas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Créditos fiscais		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.894	3.609
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	5.168	6.333
Outras provisões	3.123	1.793
Provisão para perda de ICMS a recuperar	11.575	11.582
Provisão para perdas em estoque	939	436
Total créditos fiscais brutos	23.699	23.753
Débitos fiscais		
Depreciação econômica vs. taxa fiscal	(16.665)	(15.332)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(5.249)	(6.060)
Diferido órgãos públicos	(28.859)	(25.941)
Total débitos fiscais brutos	(50.773)	(47.333)
Total débitos fiscais, líquidos	(27.074)	(23.580)

A movimentação dos ativos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(32.579)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(4.226)
Baixa por programa de parcelamento – PERT	(599)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos decorrente de outras movimentações	1.509
IRPJ/CSLL diferidos cindido para CS Frotas (nota 1.1)	12.315
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(23.580)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(4.094)
IRPJ/CSLL diferidos cindido para Quataí (nota 1.2)	645
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos decorrente de outras movimentações	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(27.074)

18.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.856	87.676
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(18.311)	(29.810)
Equivalência patrimonial	(330)	-
Incentivos fiscais - PAT	161	230
Juros sobre capital próprio	5.655	13.080
Despesas indedutíveis e outras adições permanentes	(267)	(359)
IRPJ e CSLL apurados	(13.092)	(16.859)
Corrente	(8.998)	(12.633)
Diferido	(4.094)	(4.226)
IRPJ e CSLL no resultado	(13.092)	(16.859)
Alíquota efetiva	(24,31%)	(19,23%)

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Partes relacionadas

19.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

No quadro a seguir, nas rubricas de contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar, estão os saldos a receber e a pagar das transações da Empresa com suas partes relacionadas:

Ativo	Contas a receber (nota 6)		Outros créditos		Partes relacionadas		Relacionamento	Especificação
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)		
Partes relacionadas								
JSL S.A.	-	13.967	-	-	-	-	Controladora	Locação operacional / Venda de ativos
Movida Locação de Veículos S.A.	907	709	902	31	-	-	Parte relacionada	Locação operacional / Venda de veículos / Reembolso de despesas
Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (incorporada pela Movida Participações S.A.)	-	220	-	-	-	-	Parte relacionada	Locação operacional / Venda de veículos
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	-	4	-	8	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Movida Participações S.A.	-	-	50	4	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	-	4	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
JSL Leasing S.A.	-	-	218	75	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
MogiPasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	-	-	14	4	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Quick Logística Ltda.	-	-	-	72	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Quick Armazéns Gerais Ltda.	-	67	-	2	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Avante Veículos Ltda.	-	-	133	134	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Original Veículos Ltda.	-	-	2.282	1.517	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Ponto Veículos Ltda.	-	-	644	320	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
CS Brasil Frotas Ltda.(i)	21.781	-	-	2.736	658	-	Parte relacionada	Locação Operacional / Venda de ativos / Reembolso de despesas / Mútuo
JSL Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	-	-	-	10	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Total	22.688	14.967	4.243	4.917	658	-		
Circulante	22.688	14.967	4.243	4.917	-	-		
Não circulante	-	-	-	-	658	-		
Total	22.688	14.967	4.243	4.917	658	-		

(i) Refere-se ao mútuo com a CS Frotas com o prazo indeterminado e a taxa aplicada é CDI + 1% a.a.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Outras contas a pagar (nota 16)		Fornecedores (nota 11)		Partes relacionadas		Relacionamento	Especificação
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado nota 2.15)		
Partes relacionadas					(i)			
JSL S.A.	-	-	2.862	-	11.961	-	Controladora	Locação operacional / Compra de veículos/ Mútuo / CSA
Quick Logística Ltda.	-	-	27	27	-	-	Parte relacionada	Locação operacional
CS Brasil Frotas Ltda.	-	-	-	28.912	-	-	Parte relacionada	Locação operacional / Contas a pagar decorrente de cisão
Transrio Caminhões, ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	166	119	-	-	Parte relacionada	Locação operacional
Movida Locação de Veículos Ltda.	63	-	15	-	-	-	Parte relacionada	Locação operacional / Compra de veículos
Mogipasses Comércio de bilhetes eletrônicos Ltda.	-	-	1.314	-	-	-	Parte relacionada	Locação operacional
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	-	15.449	-	-	-	Parte relacionada	Locação operacional / Compra de veículos
Ribeira Imóveis Ltda.	606	667	-	-	-	-	Parte relacionada	Aluguel de imóveis
Total	669	667	19.833	29.058	11.961	-		

(i) Refere-se ao mútuo com a JSL S.A contratado em 30 de novembro de 2018, com prazo de vencimento indeterminado e a taxa aplicada é CDI + 1% a.a.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do exercício

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos, deduções e outras receitas e despesas operacionais de transações entre a Empresa e suas partes relacionadas:

	Serviços prestados		Serviços tomados		Venda de frota		Recuperação (despesas) administrativas e comerciais		Outras receitas(despesas) operacionais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Avante Veículos Ltda.	-	244	-	(11)	155	-	-	-	-	-
CS Brasil Frotas	-	-	-	(9.535)	468	-	529	34	-	-
JSL S.A.	496	303	(3.942)	(34.315)	1.805	2.284	(995)	(1.148)	-	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	-	-	(1.446)	(1.499)	-	-	34	44	-	-
Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (incorporada pela Movida Participações S.A.)	11	13	(92)	(145)	16	-	47	213	-	-
Movida Locação	-	-	-	(10)	-	-	3.584	2.181	-	-
Original Veículos Ltda.	13	4.063	(56)	(60)	2.998	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	-	1.005	(8)	(2)	915	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	549	406	-	-
Ribeira Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.918)	(667)
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	(1.143)	(1.406)	86	-	-	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A	-	-	(17.201)	(15.018)	-	81	1.261	1.034	-	-
Outros (i)	-	-	-	-	-	-	303	116	(1.616)	(500)
Total	520	5.628	(23.888)	(62.001)	6.443	2.365	5.312	2.880	(9.534)	(1.167)

- (i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritórios de advocacia tributária onde membros do Conselho de Administração e Fiscal do Grupo JSL são sócios.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.3 Transações ou relacionamentos com acionistas referentes à arrendamento de imóveis

A Empresa mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. Os contratos têm condições alinhadas com as práticas do mercado e têm vencimentos até 2023.

19.4 Centro de serviços administrativos

A Empresa, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços corporativos, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados e sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e *BackOffice*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante relativo à recuperação de despesas, líquido do valor alocado à Empresa foi de R\$ 5.312 (2017 – R\$ 2.880). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

19.5 Remuneração dos administradores

A Administração da Empresa é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica “Despesas administrativas”, e estão resumidas conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração fixa	(1.456)	(1.375)
Remuneração variável	(320)	(295)
Benefícios	(156)	(69)
Remuneração baseada em ações (nota 20.2)	(270)	(441)
Total	<u>(2.202)</u>	<u>(2.180)</u>

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora JSL S.A. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não houve exercício de opções de ações pelos administradores.

19.6 Transações garantidas pela Empresa para sua Controladora

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada a outorga de garantia fidejussória, pela Empresa, à sua controladora JSL S.A., no âmbito da 12ª emissão de debentures, por meio da celebração da Escritura de Emissão, cujas principais características são o valor de R\$ 600.000 e incidência de juros remuneratórios correspondentes a 124%.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 508.108 (R\$ 487.208 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 508.107.735 quotas, sem valor nominal (487.207.735 em 31 de dezembro de 2017).

	<u>Valor</u>	<u>Quotas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	691.282	691.282.081
Aumento de capital (i)	28.444	28.443.654
Cisão CS Frotas (nota 1.1 (a))	(232.518)	(232.518.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	487.208	487.207.735
Aumento de capital (ii)	21.000	21.000.000
Cisão Quataí (nota 1.2 (b))	(100)	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	508.108	508.107.735

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa aumentou seu capital com ativo imobilizado, decorrente do aporte de capital da sua controladora JSL S.A.; e
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Empresa aumentou seu capital em dinheiro, decorrente do aporte de capital da sua controladora JSL S.A.

20.2 Reserva de capital

a) Transações com pagamento baseado em ações

A Empresa possui plano de opção de compra de ações com subscrições de ações da Controladora JSL S.A. determinadas a administradores e empregados da Empresa, cujas premissas e modelos utilizados para estimar o valor dessas ações estão divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora JSL S.A. Os valores apropriados relativos ao período de aquisição dos direitos são alocados ao resultado do exercício em contrapartida das reservas de capital. Eventuais cancelamentos de outorga são revertidos das mesmas reservas de acordo com o CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração do Grupo JSL e são compostos da seguinte forma:

A parcela do plano referente aos executivos da Empresa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 270 (2017 – R\$ 440), registrada no resultado.

i. Planos de opções de ações:

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços à Empresa para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis na Empresa durante o período de aquisição de direito.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das ações na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Empresa, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Empresa do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera o histórico das cotações e volatilidade, os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observados os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Qtde.	Tranche	Preço do exercício	Valor Justo da opção (i)	Período de aquisição	Prazo do exercício
III	2013	1.026	2	12,89	7,66	09/05/2013 a 01/04/2017	04/2014 a 06/2019
III	2013	6.536	3	12,89	8,50	09/05/2013 a 01/04/2018	04/2014 a 06/2019
V	2015	13.916	1	11,93	6,91	01/04/2015 a 01/04/2018	04/2018 a 06/2020
V	2015	10.437	2	11,93	6,91	01/04/2015 a 01/04/2019	04/2018 a 06/2020
V	2015	16.700	3	11,93	6,91	01/04/2015 a 01/04/2020	04/2018 a 06/2020
VI	2016	6.366	1	8,36	4,98	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2020
VI	2016	4.774	2	8,36	5,62	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2019 a 06/2020
VI	2016	7.639	3	8,36	6,17	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2019 a 06/2020
VII	2017	4.867	1	9,03	2,02	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	3.650	2	9,03	2,55	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
VII	2017	5.841	3	9,03	3,02	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

(i) Refere-se ao valor justo da opção na data da outorga.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à “pagamento baseado em ações” no patrimônio líquido é de R\$ 710 (R\$ 440 em 31 de dezembro de 2017).

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da controladora JSL S.A. (ações restritas) a colaboradores da Empresa de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da JSL S.A., e caso o colaborador opte por receber ações, a JSL S.A. entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a JSL S.A. e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL S.A. e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à JSL S.A. e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	10.441	1	0,00	7,08	36,7%	6,38%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
I	2018	10.441	2	0,00	6,94	36,7%	7,25%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020
I	2018	10.441	3	0,00	5,80	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
I	2018	10.441	4	0,00	6,67	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022

O valor total do plano “I” é de R\$ 253, cabendo a parcela de cada exercício apropriados ao resultado do exercício, como despesas administrativas.

Movimentação durante o período

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o período:

	Quantidade de ações restritas			Ações restritas em circulação
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
Posição em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Outorgas concedidas 2018	41.764	-	-	41.764
Posição em 31 de dezembro de 2018	41.764	-	-	41.764

20.3 Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Para fins das demonstrações das financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os juros sobre capital próprio deliberado pelos quotistas são assim demonstrados:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	40.764	70.817
Juros sobre capital próprio	(16.637)	(38.470)
Total destinação do resultado	(16.637)	(38.470)

21. Receita líquida de locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Empresa está descrito na nota explicativa 2.16. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47, as informações comparativas não foram rerepresentadas para refletir os novos requisitos.

a) Fluxos de receitas

A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços, locação e venda de ativos desmobilizados.

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	215.714	210.575
Receita de locação	313.915	396.486
Receita de venda de ativos desmobilizados	98.485	141.030
Total da receita líquida	628.114	748.091

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta	694.894	822.372
Menos:		
Impostos sob vendas	(63.757)	(72.304)
Devoluções	(3.023)	(1.977)
Receita líquida total	<u>628.114</u>	<u>748.091</u>

b) Desagregação da receita de contrato com cliente

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Empresa.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Principais produtos e serviços		
Receita de transporte de passageiros	165.171	161.217
Receita de limpeza e coleta urbana	50.543	49.358
Receita de locação	313.915	396.486
Receita de venda de ativos desmobilizados	98.485	141.030
Total da receita líquida	<u>628.114</u>	<u>748.091</u>
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	98.485	141.030
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	529.629	607.061
Total da receita líquida	<u>628.114</u>	<u>748.091</u>

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Gastos por natureza

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado notas 1.2 e 2.15)
Custos e despesas com frota	(24.931)	(28.541)
Custo de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços	(92.726)	(135.769)
Pessoal	(205.867)	(200.551)
Depreciação e amortização	(65.943)	(96.458)
Peças, pneus e manutenções	(49.016)	(62.582)
Combustíveis e lubrificantes	(69.680)	(63.933)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(5.199)	(13.924)
Prestação de serviços	(23.673)	(17.680)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	3.257	(2.935)
Energia elétrica	(785)	(1.184)
Viagens, refeições e estadias	(901)	(538)
Aluguéis de imóveis	(7.019)	(11.518)
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	(21.299)	(45.793)
Resultado na venda de veículos avariados (ii)	1.084	(340)
Recuperação de PIS e COFINS	16.765	22.819
Crédito de impostos extemporâneos (i)	1.614	37.735
Despesas tributárias	(1.587)	(902)
Outros custos e despesas operacionais, líquidas	(23.567)	(35.402)
	<u>(569.473)</u>	<u>(657.496)</u>
Custo de locação e prestações de serviços	(448.636)	(506.304)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(92.726)	(135.769)
Despesas administrativas (iii)	(36.326)	(30.621)
Despesas comerciais (iii)	(2.517)	(2.561)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber (iii)	3.257	(2.935)
Outras despesas operacionais	(5.968)	(17.719)
Outras receitas operacionais	13.443	38.413
	<u>(569.473)</u>	<u>(657.496)</u>

- (i) O montante de R\$ 1.614 (R\$ 37.735 em 31 de dezembro de 2017) é composto por R\$ 1.388 (R\$ 33.737 em 31 de dezembro de 2017) de verbas de PIS e COFINS e R\$ 226 por verbas de INSS (R\$ 3.998 em 31 de dezembro de 2017);
- (ii) Refere-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R\$ 1.350 (R\$ 1.381 em 31 de dezembro de 2017); e
- (iii) Com o objetivo de melhoria na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e comparabilidade com 2018, a Empresa reclassificou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os montantes de R\$ 37.945, anteriormente apresentados na rubrica de despesas administrativas e comerciais.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	3.964	15.599
Receita de variação monetária	1.228	2.594
Outras receitas financeiras	727	129
Juros recebidos	651	281
Receita financeira total	<u>6.570</u>	<u>18.603</u>
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.828)	(2.525)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	(2.935)	(5.953)
Juros de risco sacado	(1.192)	(7.548)
Despesas com captação	(2.703)	(1.092)
Despesa total do serviço da dívida	<u>(9.658)</u>	<u>(17.118)</u>
Outras despesas financeiras	(919)	(2.056)
Despesa financeira total	<u>(10.577)</u>	<u>(19.174)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.007)</u>	<u>(571)</u>

24. Arrendamento operacional

24.1 Empresa como arrendatária

A Empresa possui contratos de arrendamento para suas filiais com Empresas integrantes do Grupo JSL e com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

Em 31 de dezembro de 2018 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R\$ 7.019 (R\$ 11.518 em 31 de dezembro de 2017), os pagamentos mínimos futuros são como segue:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
10.111	8.895	7.063	3.130	2.906	2.879	34.984

24.2 Empresa como arrendadora

A Empresa possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional, com prazos de vencimentos até 2027. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro 2018, os recebimentos futuros de arrendamentos estão demonstrados a seguir:

De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
230.039	224.133	193.995	153.056	76.733

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Informações suplementares dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam o caixa por estarem financiados, abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Total das adições do imobilizado no exercício (nota 10)	303.682	198.461
Adições financiadas por arrendamentos financeiros e Finame	(62.430)	(19.634)
Saldo das adições liquidadas com fluxos de caixa	241.252	178.827
Pagamento de risco sacado a pagar – montadoras para aquisição de imobilizado de exercícios anteriores	14.245	96.353
(Aquisição) pagamento de ativo imobilizado financiado diretamente com fornecedores de exercícios anteriores	(13.535)	11.511
Cisão (aporte) de capital por meio de bens	2.982	(28.444)
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	244.944	258.247
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional	243.070	256.956
Imobilizado para investimento	1.874	1.291
Total	244.944	258.247

26. Evento subsequente

26.1 Renovação do contrato de concessão

Em 24 de maio de 2019, a Empresa renovou junto à prefeitura de Mogi das Cruzes, o contrato nº 048/2004 de concessão do transporte coletivo de passageiros por mais 15 anos. O valor estimado a ser pago pela renovação dessa concessão é de R\$ 9.000 e deverá ocorrer em pagamentos mensais e reajustados anualmente de acordo com a Unidade Fiscal do Município (UFM).

* * * * *



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Mogi das Cruzes - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

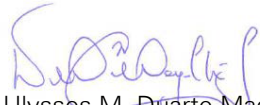
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8